

(../../Elisabete Gomes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro



Área do Organismo (https://www.bep.gov.pt/Pages/Areas/AreaOrganismo.aspx)

Ofertas

Mobilidade Geral

Mobilidade Voluntária

Programa de incentivos ao interior

Ofertas PRR

Sobre a BEP

Ajuda

Início (../../Default.aspx)

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Requisitos de Admissão

Formalização Candidaturas

Descrição do Procedimento

VER TUDO ❤

Código da Oferta:

OE202308/0076

Tipo Oferta:

Procedimento Concursal Comum

Estado:

Ativa 🔈

Nível Orgânico:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Órgão/Servico:

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Vínculo:

CTFP a termo resolutivo incerto

Regime:

Carreiras Gerais

Carreira:

Técnico Superior

Categoria:

Técnico Superior

Grau de Complexidade:

3

Remuneração:

1333,35€

Suplemento Mensal:

0,00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

No âmbito do projeto supra-referido, o(a) Técnico Superior desempenhará as seguintes funções de apoio às atividades de investigação e de desenvolvimento:

- a) Avaliação da atividade enzimática de matrizes alimentares, nomeadamente à base de frutas e vegetais.
- b) Avaliação de parâmetros nutricionais por métodos AOAC.
- c) Caracterização de polissacarídeos por métodos espetroscópicos e cromatográficos.
- d) Avaliação do perfil fenólico por técnicas espetofotométricas e cromatográficas acopladas à espetrometria de massa.
- e) Determinação das propriedades reológicas com recurso a um reómetro.
- f) Avaliação sensorial de soluções desenvolvidas à base de frutas e vegetais.
- g) Tratamento e integração de dados e resultados de acordo com os objetivos do projeto.

Local Trabalho	N° Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Universidade de Trás-os- Montes e Alto Douro	1	Quinta de Prados - Vila Real	Vila Real	5000801 VILA REAL	Vila Real	Vila Real

Total Postos de Trabalho:

1

Quota para Portadores de Deficiência:

0

Observações:

Relação Jurídica Exigida:

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos de Nacionalidade:

Não

Habilitação Literária:

Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária:

Nas áreas de Ciência Alimentar ou Ciências Agrárias

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática		
Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada		

Admissão de candidatos não titulares da habilitação exigida:

Não

Outros Requisitos:

Competências essenciais: os candidatos devem ser detentores de um currículo científico e profissional que revele um perfil perfeitamente ajustado às atividades a desenvolver, designadamente: Experiência comprovada no desempenho de funções análogas às atribuições indicadas no número 4 deste edital; Conhecimentos de informática na ótica do utilizador e domínio comprovado da língua inglesa; Disponibilidade imediata para trabalhar na UTAD (em Vila Real).

Envio de candidaturas para:

recrutamento@utad.pt

Contatos:

recrutamento@utad.pt

Data Publicitação:

2023-08-03

Data Limite:

2023-08-18

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

DR n.º 150, 2:ª Série, Aviso (extrato) n.º 14553/2023, de 03 de agosto; www.utad.pt

Descrição do Procedimento:

Procedimento Concursal Comum para Contratação em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Incerto para ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Técnico Superior.

1 — Enquadramento: Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), e em cumprimento do artigo 11º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que, por despacho do Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a 20 de junho de 2023, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso na 2.ª série do Diário da República, para o preenchimento de 1 posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para o exercício de funções públicas em regime de contrato de trabalho a termo incerto, no âmbito do projeto de investigação VIIA FOOD, apoiado pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e pelos Fundos Europeus NextGeneration EU), no âmbito das Agendas Mobilizadoras para a Reindustrialização.

- 2 Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP), Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprovou o Orçamento do Estado para 2022, Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro e Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.
- 3 Local de trabalho: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- 4 Caracterização do posto de trabalho: No âmbito do projeto supra-referido, o(a) Técnico Superior desempenhará as seguintes funções de apoio às atividades de investigação e de desenvolvimento:
- a) Avaliação da atividade enzimática de matrizes alimentares, nomeadamente à base de frutas e vegetais.
- b) Avaliação de parâmetros nutricionais por métodos AOAC.
- c) Caracterização de polissacarídeos por métodos espetroscópicos e cromatográficos.
- d) Avaliação do perfil fenólico por técnicas espetofotométricas e cromatográficas acopladas à espetrometria de massa.
- e) Determinação das propriedades reológicas com recurso a um reómetro.
- f) Avaliação sensorial de soluções desenvolvidas à base de frutas e vegetais.
- g) Tratamento e integração de dados e resultados de acordo com os objetivos do projeto.
- 5 Requisitos de admissão:
- 5.1 Requisitos gerais: Podem ser opositores ao procedimento concursal os trabalhadores que até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas reúnam, cumulativamente, os requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da LTFP:
- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.
- 5.2 Requisitos habilitacionais: estar habilitado com o grau académico de Licenciatura na área da Ciência Alimentar ou Ciências Agrárias, com a seguinte ponderação:
- Habilitação legalmente exigida (licenciatura): 80%.
- Habilitação superior: 100%.
- 5.3 Competências essenciais: os candidatos devem ser detentores de um currículo científico e profissional que revele um perfil perfeitamente ajustado às atividades a desenvolver, designadamente: Experiência comprovada no desempenho de funções análogas às atribuições indicadas no número 4 deste edital; Conhecimentos de informática na ótica do utilizador e domínio comprovado da língua inglesa; Disponibilidade imediata para trabalhar na UTAD (em Vila Real).
- 5.4- No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.
- 6 Âmbito do recrutamento: Em cumprimento do estabelecido nos n.ºs 4 e 6 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o procedimento concursal destina-se a recrutamento de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, conforme as previsões constantes do mapa de pessoal.
- 6.1 Exclusão Conforme disposto na alínea K) do n.º 3 do artigo 11.º da Portaria n.º233/2022, de 9 de setembro, não podem ser admitidos ao procedimento concursal os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.
- 7 Formalização das candidaturas:
- 7.1 Em conformidade com o disposto no artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não serão admitidas as candidaturas apresentadas em suporte papel. As candidaturas devem ser apresentadas por via eletrónica, enviadas para o endereço eletrónico recrutamento@utad.pt...

- 7.2 Documentos a anexar:
- 7.2.1 Cada candidato deverá anexar ao formulário disponível na página web da UTAD (www.utad.pt Serviços de Recursos Humanos procedimentos concursais) os seguintes documentos:
- a) Cópia dos comprovativos das habilitações literárias;
- b) Curriculum Vitae;
- c) Fotocópias dos certificados das ações de formação frequentadas, relacionadas com a área funcional do lugar para que se candidata.
- 7.2.2 Além dos documentos referidos no ponto 7.2.1, os candidatos titulares de um vínculo de emprego público, excetuando os trabalhadores pertencentes à UTAD, deverão, ainda, no momento da candidatura apresentar:
- a) Declaração, emitida e autenticada pelo serviço de origem, que comprove a categoria que detém, a carreira em que se encontra integrado, a posição remuneratória, a natureza do vínculo de emprego público de que é titular, a respetiva antiguidade, bem como as menções qualitativas e quantitativas obtidas nas avaliações de desempenho relativas aos últimos 3 anos ou ciclos.
- b) Declaração, emitida e autenticada pelo serviço de origem, contendo a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do conteúdo funcional correspondente ao posto de trabalho que o candidato ocupa.
- 7.2.3 Os candidatos portadores de deficiência, para efeitos de admissão ao procedimento concursal e de cumprimento de quotas de emprego, devem ainda apresentar, juntamente com os documentos previstos no ponto 7.2.1 e, quando seja o caso, no ponto 7.2.2:

Declaração, sob compromisso de honra, do respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como os elementos necessários a garantir que o processo de seleção dos candidatos com deficiência se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e dos artigos 23.º e 24.º do Código do Trabalho, aplicável por força do disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 4.º da LTFP.

- 7.3 A não apresentação dos documentos exigidos, em conformidade com o ponto 7.3, determina a exclusão do procedimento quando a falta impossibilite a sua admissão ou avaliação. Determina, ainda, a exclusão do procedimento a não entrega ou preenchimento incorreto e/ou não assinado do formulário obrigatório previsto no ponto 7.2.1.
- 7.4 O formulário devidamente preenchido, confirmado e assinado, bem como os documentos referidos no ponto 7.3 deverão, até ao termo do prazo fixado, ser remetidos diretamente pelos interessados por correio eletrónico para o endereço referido no ponto 7.1 (recrutamento@utad.pt).
- 7.5 Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
- 7.6 As falsas declarações prestadas pelos candidatos, além de determinarem a exclusão do procedimento, serão punidas nos termos da lei.
- 8 Posição remuneratória: A posição remuneratória de referência é a 2.ª da carreira de técnico superior, correspondente ao nível remuneratório 16 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante pecuniário de 1.333,35€ (mil trezentos e trinta e três euros e trinta e cinco cêntimos).
- 9 Métodos de Seleção: avaliação curricular (AC) + entrevista de avaliação de competências exigíveis ao exercício da função (EAC).
- 9.1 Avaliação Curricular (AC): a avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou o nível de qualificação, a formação profissional e a experiência profissional.??

A avaliação curricular e´ expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração ate´ às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos elementos a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

AC = [(HA) + (FP) + (2EP)]/4

Onde, (HA) traduz a habilitação académica, (FP) a formação profissional e (EP) a experiência profissional.

9.2 - A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos

profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, sendo expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas.

- 9.3 Ponderação dos métodos de seleção e sistema de classificação final (CF): a valoração final é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula: CF = (60%AC)+(40%EAC).
- 9.3.1 Em caso de igualdade de classificação adotar-se-ão os critérios constantes no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. Cada um dos métodos de seleção, bem como cada fase que comportem, são eliminatórios. São excluídos do procedimento concursal os candidatos que obtiverem uma classificação inferior a 9,50 valores num dos métodos ou fases de seleção, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes.
- 9.4 Atas do Júri: a ata do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, e o sistema de classificação final, encontra-se publicitada na página eletrónica da UTAD, no seguinte endereço: https://www.utad.pt [Organização / Serviços Serviços de Recursos Humanos procedimentos concursais (pessoal não docente)], e é facultada aos candidatos sempre que solicitada.
- 10 Exclusão e notificação de candidatos: a notificação dos candidatos excluídos e todas as notificações necessárias e obrigatórias relativas ao presente procedimento concursal serão efetuadas aos candidatos de acordo com o artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
- 11 Os candidatos excluídos serão notificados por correio eletrónico, conforme o n.º 4 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
- 12 Além das comunicações aos candidatos previstas na legislação em vigor, a lista dos candidatos com os resultados obtidos em cada método de seleção intercalar e a lista unitária de ordenação final dos candidatos são publicitadas na página online da UTAD, no seguinte endereço: https://www.utad.pt [Organização / Serviços Serviços de Recursos Humanos procedimentos concursais (pessoal não docente)] e afixadas nas instalações da UTAD, sendo esta última publicada na 2ª série do Diário da República.
- 13 Atendendo às necessidades funcionais do serviço e à importância que assume o célere suprimento das mesmas para o seu regular funcionamento, considera-se que o recrutamento tem carácter urgente pelo que, a utilização dos métodos de seleção será efetuada de forma faseada em conjuntos sucessivos de 12 candidatos nos termos do artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.
- 14 Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
- 15 Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento do posto de trabalho a ocupar (um posto) e para os efeitos previstos nos nºs 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.
- 16 Composição e identificação do júri:

Presidente:

Ana Isabel Ramos Novo Amorim de Barros, Professora Auxiliar com Agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais efetivos:

Miguel António Machado Rodrigues, Professor Associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Luís Miguel Mendes Ferreira, Professor Associado com Agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais suplentes:

Cristina Maria Rodrigues dos Santos, Técnica Superior dos Serviços de Recursos Humanos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

José Albino Alves Dias, Professor Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

17 — Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na 2.ª série do Diário da República, por extrato, e na página eletrónica da UTAD (https://www.utad.pt). 03-08-2023, o Administrador, José Miguel Pereira Gomes.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: Reitor

Alterar

∢ Voltar

Imprimir para PDF

Imprimir

Voltar ao topo

Entidade gestora

Desenvolvimento e apoio técnico

Ofertas

Pesquisar Oferta (Oferta_Pesquisa_basica.aspx)

Pesquisar Resultados (Pesquisa_Resultados.aspx)

Listar Oferta Dirigentes Superiores (../CReSAP/CReSAP_Pesquisa.aspx)

Formulários

Bolsa de Emprego Público

Diploma (../SobreBep/Diploma.aspx)

Objetivos (../SobreBep/Objectivos.aspx)

Funcionalidades (../SobreBep/Funcionalidades.aspx)

Acessibilidade (../Acessibilidade.aspx)

Entidade Gestora (../SobreBep/EntidadeGestora.aspx)

Links Úteis

Oportunidades na UE

Eures (https://ec.europa.eu/eures/home.jsp?lang=pt)

EPSO (https://epso.europa.eu/home_pt-pt)

Carreiras Internacionais (http://www.carreirasinternacionais.eu)

Org. Int. do Trabalho (https://www.ilo.org/lisbon/lang--pt/index.htm)

OCDE (http://www.oecd.org/careers/)

Netemprego (IEFP) (http://www.lefponline.iefp.pt)

Presidência do Conselho de Ministros